

**Ata n.º 46 (quarenta e seis)**

Aos 9 dias do mês de abril de dois mil e vinte e seis, na sede da Associação de Paralisia Cerebral da Madeira da Madeira, no edifício da “Quinta Pedagógica do Pico do Funcho”, reuniu a assembleia geral com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1- Apresentação do relatório de atividades e contas do exercício de 2025;
- 2- Apresentação do relatório e parecer do conselho fiscal sobre o relatório de gestão;
- 3- Aprovação das contas do exercício de 2025;
- 4- Outros assuntos.

A presidente da mesa da assembleia, verificando que foram cumpridas todas as formalidades legais e estatutárias, dirigiu os cumprimentos aos presentes.

Passando à ordem de trabalhos, foi apresentado o relatório anual de atividades pela Dr.ª Cristina Andrade, vice-presidente da direção, destacando que, ao longo de 2025, foi dada particular atenção ao papel dos cuidadores, valorizando-se a sua importância na instituição.

Em relação às atividades, destacou a aquisição de novos equipamentos para a Rádio Ritmo, que permitiram a adesão de novos elementos e a presença desta rádio na Expomadeira, a convite da Secretaria de Inclusão, Trabalho e Juventude.

Referiu ainda que o projeto “Contadores de Histórias” continua a ser desenvolvido em articulação com as escolas, contando agora com a integração de um novo elemento.

Ainda neste ponto, destacou as visitas institucionais à instituição, em particular a presença da Sr.ª Secretária da Inclusão e da nova Presidente da Fundação Meo, a Dra. Carolina Pita Negrão.

Relativamente ao projeto ganho através do BPI Capacitar, referiu que foi dada continuidade, agora com o desenvolvimento de uma aplicação informática pela ARDITI, destinada a apoiar os utentes residentes no lar para melhorar a sua autonomia.



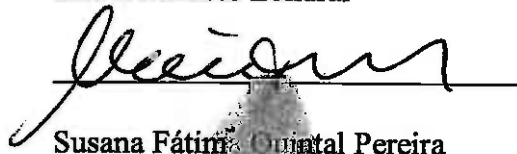


No ponto outros assuntos, para além de uma apreciação global sobre o ano que terminou, foi referido que está prevista uma ação com diversos chefes de cozinha com a participação dos utentes.

Referido ainda que está a ser desenvolvido por parte da Secretaria da Inclusão, um regulamento que irá permitir que as IPSS beneficiem de um apoio extraordinário para compensação do acréscimo de custos de consumo de gasóleo ou gasolina em viaturas afetas à instituição.

Nada mais havendo a tratar, foi a assembleia encerrada e lavrada a presente ata que foi assinada pelos membros da Mesa.

Isabel Mendes Londral



---

Susana Fátima Quintal Pereira

---

Nuno Manuel Abreu de Gouveia

---



## RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL



Senhores Associados:

Em conformidade com as disposições legais aplicáveis, vimos submeter à vossa apreciação o nosso relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e dar o nosso parecer sobre o relatório de gestão e as demonstrações financeiras apresentados pela Direção da APCM – Associação de Paralisia Cerebral da Madeira relativamente ao período findo em 31 de dezembro de 2025.

Ao longo do exercício analisamos, com a extensão considerada aconselhável, os valores patrimoniais, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte, os quais satisfazem as disposições legais e dos estatutos da Instituição.

A Direção e os Serviços prestaram-nos com prontidão os esclarecimentos e informações de que necessitámos.

O Relatório de Gestão explica, de uma forma sucinta, a evolução das atividades durante o exercício.

Consideramos que o Balanço, a Demonstração de Resultados, Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais, Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo satisfazem os preceitos legais e estatutários, e refletem a posição dos registos contabilísticos no fecho do exercício.

Os critérios valorimétricos adotados na preparação das contas são os constantes do Anexo.

Foram cumpridas as formalidades legais quanto à prestação de contas, fiscalização da Instituição, e à obrigação da apresentação da Certificação Legal de Contas (CLC).

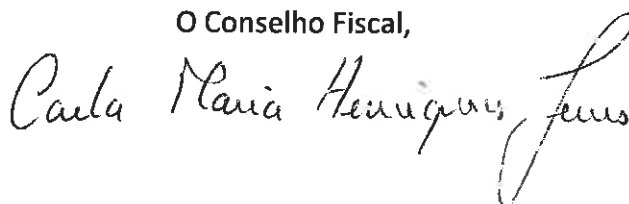
Analisámos a CLC emitida pelo Revisor Oficial de Contas, a qual contém uma opinião com reservas. A CLC refere que as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da APCM, exceto quanto aos possíveis efeitos sobre a matéria quanto às bases consideradas para a opinião com reservas. Estas bases derivam do facto do ROC ter sido nomeado em 20 de outubro de 2025, e não ter sido possível auditar as demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2024, nem os respetivos saldos de abertura em 1 de janeiro de 2025, razão pela qual não foi possível emitir a opinião sobre os valores comparativos apresentados.

Face ao que antecede, somos de parecer que:

- a) Aproveis o Relatório de Gestão e as Contas Auditadas referentes ao ano findo a 31 de dezembro de 2025;
- b) Aproveis a proposta da Direção sobre a aplicação dos resultados do exercício.

Funchal, 6 de abril de 2026

O Conselho Fiscal,





**GUIA DE REMESSA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS  
PARA EFEITOS DE VERIFICAÇÃO DA LEGALIDADE DAS CONTAS E ACOMPANHAMENTO  
TÉCNICO E FINANCEIRO DE IPSS REGISTRADAS E FINANCIADAS PELO ISSM, IP-RAM**

DESIGNAÇÃO DA ENTIDADE: \_\_\_\_\_ APCM - Associação de Paralisia Cerebral da Madeira  
EXERCÍCIO: \_\_\_\_\_ 2025

**DOCUMENTAÇÃO OBJETO DE ENVIO**

1. DESCRIÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO		SIM	NAO	N. A.
<b>1.1.</b>	<b>AO ABRIGO DO N.º 1, DO ARTIGO 11.º, DO DECRETO-LEI N.º 98/2015, DE 2 DE JUNHO:</b>			
1.1.1.	Balanço	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1.1.2.	Demonstração dos Resultados por Naturezas	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1.1.3.	Demonstração dos Fluxos de Caixa	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1.1.4.	Anexo	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<b>1.2.</b>	<b>AO ABRIGO DO N.º 2, DO ARTIGO 11.º, DO DECRETO-LEI N.º 98/2015, DE 2 DE JUNHO:</b>			
1.2.1.	Demonstração dos Resultados por Funções	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<b>1.3.</b>	<b>AO ABRIGO DO N.º 5, DO ARTIGO 11.º, DO DECRETO-LEI N.º 98/2015, DE 2 DE JUNHO:</b>			
1.3.1.	Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<b>1.4.</b>	<b>AO ABRIGO DO N.º 7, DO ARTIGO 11.º, DO DECRETO-LEI N.º 98/2015, DE 2 DE JUNHO:</b>			
1.4.1.	Demonstração dos Resultados por Naturezas, com repartição das valências objeto de acordo de cooperação com o ISSM, IP-RAM por fonte de financiamento	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1.4.2.	Mapa de Controlo dos Subsídios para Investimentos	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1.4.3.	Mapa das Unidades de Pessoal ao Serviço da Instituição, repartidas por equipamentos e valências/atividades	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1.4.4.	Número médio mensal de utentes, repartidos por equipamentos e valências/atividades	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1.4.5.	Balancete analítico imediatamente anterior ao encerramento do exercício	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1.4.6.	Balancete analítico posterior ao encerramento do exercício	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1.4.7.	Balancete analítico imediatamente anterior ao encerramento do exercício dos centros de custos	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1.4.8.	Critérios de imputação de gastos/rendimentos comuns às valências/atividades	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1.4.9.	Certidões/extratos bancários dos meios financeiros líquidos à data de 31 de dezembro	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1.4.10.	Reconciliações bancárias dos meios financeiros líquidos à data de 31 de dezembro	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1.4.11.	Corpos gerentes remunerados?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
1.4.11.1.	Em caso afirmativo, as retribuições atribuídas respeitam o artigo 24.º do EIPSS?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1.4.11.1.	Opcionalmente, junta demonstração?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<b>1.5.</b>	<b>AO ABRIGO DO ARTIGO 19.º DO DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL N.º 9/2015/M, DE 2 DE DEZEMBRO:</b>			
1.5.1.	Fotocópia da ata de aprovação das contas do órgão de Administração ou da Assembleia Geral de Associados, nas Instituições de forma não associativa ou associativa, respetivamente	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1.5.2.	Fotocópia do parecer de aprovação das contas do órgão que detém funções de fiscalização	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<b>1.6.</b>	<b>AO ABRIGO DO ARTIGO 12.º, DO DECRETO-LEI N.º 36-A/2011, DE 9 DE MARÇO, NA REDAÇÃO DADA PELO DECRETO-LEI N.º 64/2013, DE 13 DE MAIO:</b>			
1.6.1.	Fotocópia da Certificação Legal das Contas	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<b>1.7.</b>	<b>AO ABRIGO DO DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL N.º 9/2015/M, DE 2 DE DEZEMBRO:</b>			
1.7.1.	Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1.7.2.	Declaração das condições de exercício dos cargos	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1.7.3.	Declaração de Responsabilidade	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1.7.4.	Corpos gerentes remunerados?	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1.7.4.1.	Em caso afirmativo, as retribuições atribuídas respeitam o artigo 24º do EIPSS	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1.7.4.1.1.	Opcionalmente, junta demonstração?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>



**GUIA DE REMESSA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS  
PARA EFEITOS DE VERIFICAÇÃO DA LEGALIDADE DAS CONTAS E ACOMPANHAMENTO  
TÉCNICO E FINANCEIRO DE IPSS REGISTRADAS E FINANCIADAS PELO ISSM, IP-RAM**

DESIGNAÇÃO DA ENTIDADE: \_\_\_\_\_ APCM - Associação de Paralisia Cerebral da Madeira  
EXERCÍCIO: \_\_\_\_\_ 2025

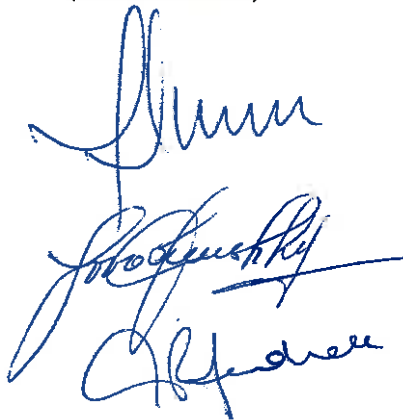
**DOCUMENTAÇÃO OBJETO DE ENVIO**

2. MODO DE ENTREGA		SIM	NAO	N. A.
2.1.	A entrega da presente documentação faz-se acompanhar de ofício assinado pelo representante máximo do órgão executivo da entidade	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3. PUBLICITAÇÃO DAS CONTAS				
3.1.	Sítio institucional: _____			
3.2.	Data da publicação: _____			
3.3.	<b>Documentação publicitada</b>			
3.3.1.	<b>De carácter obrigatório</b>			
3.3.1.1.	Balço	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3.3.1.2.	Demonstração dos Resultados por Naturezas	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3.3.1.3.	Demonstração dos Fluxos de Caixa	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3.3.1.4.	Anexo	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3.3.1.5.	Fotocópia da ata de aprovação das contas do órgão de Administração ou da Assembleia Geral de Associados, nas Instituições de forma não associativa ou associativa, respetivamente	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3.3.1.6.	Fotocópia do parecer de aprovação das contas do órgão que detém funções de fiscalização	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3.3.1.7.	Fotocópia da Certificação Legal das Contas	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3.3.2.	<b>De carácter facultativo</b>			
3.3.2.1.	Demonstração dos Resultados por Funções	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

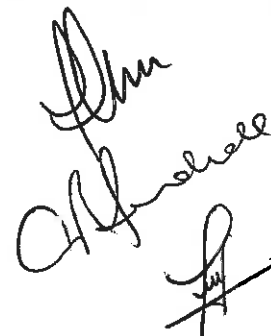
Assinalar com X no campo aplicável à entidade.

29 de maio de 2026

O representante máximo do órgão executivo da entidade,  
(assinatura e carimbo)







## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras da **Associação de Paralisia Cerebral da Madeira** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2025 (que evidencia um total de 4.669.156 euros e fundos patrimoniais no total de 4.085.363 euros, incluindo um resultado líquido de 60.511 euros, as demonstrações dos resultados por naturezas e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira da **Associação de Paralisia Cerebral da Madeira** em 31 de Dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo adoptada em Portugal através do Sistema de Normalização.

#### Bases para a opinião com reservas

Fomos nomeados auditores da entidade em 20 de outubro de 2025, não tendo auditado as demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2024, nem os respetivos saldos de abertura em 1 de janeiro de 2025. Consequentemente, não expressamos uma opinião sobre os valores comparativos apresentados.

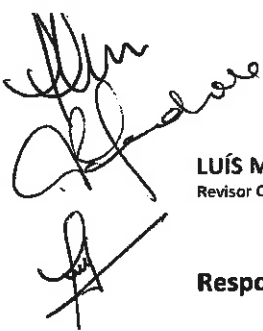
A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

#### Ênfase

Chamamos a atenção para o facto de os valores comparativos relativos ao período findo em 31 de dezembro de 2024 terem sido reexpressos, no que respeita à rubrica de fundos patrimoniais, em resultado de reclassificações efetuadas no período findo em 31 de dezembro de 2025, com o objetivo de assegurar a comparabilidade da informação financeira.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.



**LUÍS MIGUEL MOTA DE FREITAS**  
Revisor Oficial d. de Contas

### **Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo adoptada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das actividades.

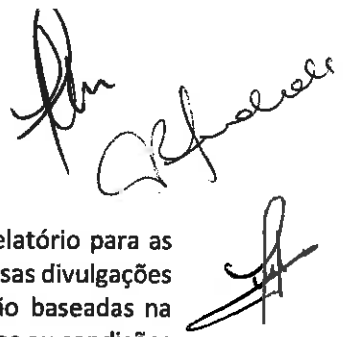
O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou em erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos cepticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detectar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas actividades. Se concluirmos



que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas actividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

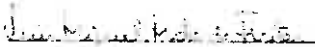
## **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

### **Sobre o relatório de gestão**

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Funchal, 1 de Abril de 2026

Assinado por: **Luís Miguel Mota de Freitas**  
Num. de identificação: 09784148



---

**Luís Miguel Mota de Freitas (ROC nº 1471 – CMVM nº20161081)**





**APCM**  
ASSOCIAÇÃO DE PARALISIA  
CEREBRAL DA MADEIRA

À atenção de

**Luís Miguel Mota de Freitas**

Caminho de São Roque, nº 9-A, Moradia H  
9020-122 Funchal

Funchal, 1 de Abril de 2026

## **DECLARAÇÃO DO ÓRGÃO DE GESTÃO**

Exmos. Senhores,

A presente declaração é emitida, a vosso pedido, no âmbito da Revisão Legal de Contas que efetuaram às demonstrações financeiras da **ASSOCIAÇÃO DE PARALISIA CEREBRAL DA MADEIRA**, relativas ao ano findo em 31 de Dezembro de 2025, com a finalidade de expressarem uma opinião, incluída na vossa Certificação Legal das Contas, sobre se as demonstrações financeiras estão apresentadas de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma contabilística para as Entidades do Sector Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Reconhecemos que é nossa responsabilidade a preparação de demonstrações financeiras que apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado, que permita prevenir e detetar eventuais erros ou fraudes.

Confirmamos, tanto quanto é nosso dever conhecer e nossa convicção, que:

### **1. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E REGISTOS CONTABILÍSTICOS**

1.1 Cumprimos as nossas responsabilidades relativas à preparação das demonstrações financeiras de acordo com o normativo contabilístico aplicável. Em particular, as demonstrações financeiras estão apresentadas de forma verdadeira e apropriada de acordo com essas normas.

1.2 Os pressupostos significativos por nós usados ao fazer estimativas contabilísticas, incluindo as mensuradas pelo justo valor, são razoáveis.

1.3 Todos os atos, operações e condicionalismos respeitantes aos Fundos Patrimoniais estão adequadamente registados e divulgados nas demonstrações financeiras e foram devidamente registados na Conservatória do Registo Comercial respetiva.



- 2.3 Demos-vos conhecimento dos resultados da nossa avaliação do risco de as demonstrações financeiras poderem estar materialmente distorcidas em consequência de fraude.
- 2.4 Não temos conhecimento de situações relacionadas com fraudes ou outras situações de irregularidade que possam ter efeito relevante nas demonstrações financeiras envolvendo os administradores/gerentes, diretores ou empregados.
- 2.5 Demos-vos conhecimento de todos os casos conhecidos de incumprimento ou de suspeita de incumprimento de leis e regulamentos cujos efeitos devam ser considerados na preparação de demonstrações financeiras.
- 2.6 Demos-vos conhecimento de todos os litígios e reclamações conhecidas reais ou potenciais cujos efeitos devam ser considerados na preparação das demonstrações financeiras, tendo os mesmos sido contabilizados e divulgados de acordo com o normativo contabilístico aplicável. Não temos conhecimento de quaisquer litígios ou ações em que a Entidade esteja envolvida para além das situações de que vos demos conhecimento.
- 2.7 Foram cumpridas as obrigações fiscais e parafiscais. As responsabilidades respeitantes a impostos e contribuições, vencidas ou não, diferidas ou contingentes (verbas de impostos e contribuições, multas e coimas e juros contados até à data do balanço) estão integral e apropriadamente escrituradas ou divulgadas. Foram igualmente cumpridas todas as obrigações impostas pela legislação relativa ao planeamento fiscal abusivo, que estabelece deveres de comunicação, informação e esclarecimento às autoridades fiscais.
- 2.8 Confirmamos-vos que, para efeitos da prevenção e investigação de eventuais operações suscetíveis de ser qualificadas como de branqueamento de capitais ou de financiamento de terrorismo, a Entidade dispõe de um sistema de controlo interno adequado e os nossos responsáveis e demais colaboradores encontram-se devidamente preparados para dar cumprimento às normas emitidas sobre esta matéria, designadamente as que decorrem da Lei n.º 83/2017, de 18 de Agosto. Não temos conhecimento de qualquer situação que configure eventuais operações suscetíveis de ser qualificadas como de branqueamento de capitais ou de financiamento do terrorismo nos termos da Lei em vigor sobre a matéria e confirmamos ainda que, até à presente data, não ocorreram quaisquer situações desta natureza que requeressem ser reportadas às autoridades competentes.
- 2.9 Colocámos à vossa disposição os livros de atas das reuniões dos órgãos sociais da Entidade e os resumos de todas as deliberações tomadas por esses órgãos em reuniões. Confirmamos que as últimas reuniões realizadas pelos órgãos sociais foram Assembleia Geral de 26 de Novembro de 2025 (ata nº 45) e ata da reunião de direção do dia 20 de Outubro de 2025.
- 2.10 Não temos conhecimento da existência de situações resultantes de inspeções, litígios ou outras situações contenciosas relativamente à área fiscal e parafiscal, nem de eventuais correções das declarações da Entidade, resultantes da possibilidade das autoridades efetuarem a sua revisão, que possam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras.



2.11 Os prejuízos resultantes de eventuais sinistros que possam ocorrer, incluindo os que possam afetar a continuidade das operações, estão cobertos por seguros contratados por capitais suficientes.

2.12 Não temos projetos ou intenções:

- que possam afetar de uma forma significativa a classificação ou o valor por que se encontram refletidos os ativos e passivos constantes das demonstrações financeiras;
- que possam pôr em causa a continuidade das operações da Entidade;
- de abandonar ou reduzir atividades, ou quaisquer outros planos ou intenções dos quais possam resultar excessos, obsolescência ou perda de valor de inventários, nem perdas de valor de ativos.

2.13 Confirmamos que não existem acordos verbais que possam ter efeito material nas quantias reportadas nas demonstrações financeiras.

2.14 Não existem compromissos assumidos com transações futuras que possam originar responsabilidades para a Entidade.

2.15 Confirmamos que procedemos ao pedido de informação à sociedade de advogados QBA, Sociedade de Advogados SP, RL, representada pelo Dr. Pedro Quintas, relativos ao período findo em 31 de Dezembro de 2025. Para além desta entidade, não existem outros serviços prestados à Entidade.

Sem outro assunto, subscrevemo-nos,

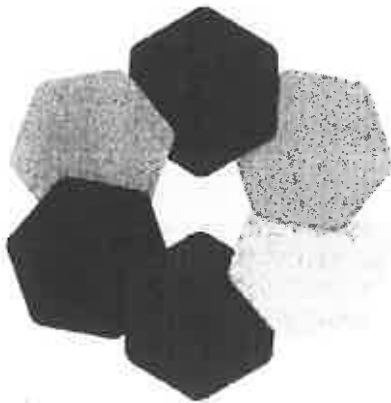
A Direção,





**APKM**  
ASSOCIAÇÃO DE PARALISIA  
CEREBRAL DA MADEIRA

Relatório & Contas 2025



**APKM**

ASSOCIAÇÃO DE PARALISIA  
CEREBRAL DA MADEIRA

# RELATÓRIO & CONTAS

# 2025

*"Vivemos com o que recebemos, mas marcamos a vida com o que damos"*

**Winston Churchill**



<b>1</b>	<b>Índice</b>	
<b>2</b>	<b>APRESENTAÇÃO</b>	<b>3</b>
<b>3</b>	<b>MENSAGEM DA PRESIDENTE DA DIREÇÃO</b>	<b>4</b>
<b>4</b>	<b>INTRODUÇÃO E NATUREZA DA ATIVIDADE</b>	<b>6</b>
<b>4.1</b>	<b>MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS DO QUADRIÊNIO 2023-2025</b>	<b>6</b>
<b>4.1.1</b>	<b>MESA DA ASSEMBLEIA GERAL:</b>	<b>6</b>
<b>4.1.2</b>	<b>DIREÇÃO DA APCM</b>	<b>6</b>
<b>4.1.3</b>	<b>CONSELHO FISCAL</b>	<b>6</b>
<b>4.1.4</b>	<b>COMISSÃO JURISDICIONAL</b>	<b>7</b>
<b>5</b>	<b>POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO, VISÃO, MISSÃO E VALORES</b>	<b>8</b>
<b>6</b>	<b>O CONTEXTO DA ATIVIDADE DA APCM</b>	<b>9</b>
<b>6.1</b>	<b>A ORGANIZAÇÃO</b>	<b>9</b>
<b>6.1.1</b>	<b>A Estrutura Residencial</b>	<b>10</b>
<b>6.1.2</b>	<b>Os Centros de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI)</b>	<b>10</b>
<b>6.1.3</b>	<b>SERVIÇOS TRANSVERSAIS A TODAS AS VALÊNCIAS</b>	<b>11</b>
<b>6.1.4</b>	<b>ORGANOGRAMA DA APCM</b>	<b>12</b>
<b>7</b>	<b>ANÁLISE DO RISCO</b>	<b>13</b>
<b>8</b>	<b>QUESTÕES CRÍTICAS E OBSTÁCULOS AO CRESCIMENTO</b>	<b>13</b>
<b>8.1</b>	<b>LAR</b>	<b>14</b>
<b>8.2</b>	<b>CACI</b>	<b>18</b>
<b>9</b>	<b>RELATÓRIO DE GESTÃO 2024</b>	<b>21</b>
<b>9.1</b>	<b>GENERALIDADES</b>	<b>21</b>
<b>9.1.1</b>	<b>Introdução</b>	<b>21</b>
<b>9.2</b>	<b>CONTEÚDO</b>	<b>21</b>
<b>9.2.1</b>	<b>Evolução da gestão da entidade na sua atividade (C.S.C., artigo 66, n.º2)</b>	<b>21</b>
<b>9.2.2</b>	<b>Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício. (C.S.C. art. 66º n.º2) .....</b>	<b>22</b>
<b>9.2.3</b>	<b>Negócios entre a Entidade e os seus gestores (C.S.C. Art.º 66º n.º2 e 397 n.º49)</b>	<b>23</b>
<b>9.2.4</b>	<b>Débitos ao sector público estatal com pagamentos em mora. (DL n.º 534/80 de 7 de novembro, Art.º 2º)</b>	<b>23</b>
<b>9.2.5</b>	<b>Situação face a segurança social (D.L. n.º 411/91 de 17 de outubro, Art.º 21) .....</b>	<b>23</b>
<b>9.3</b>	<b>PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS (C.S.C. artigo 66)</b>	<b>23</b>
<b>9.4</b>	<b>ANEXOS</b>	<b>24</b>
<b>9.4.1</b>	<b>Membros dos Órgãos Diretivos:</b>	<b>24</b>
<b>10</b>	<b>DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</b>	<b>25</b>
<b>10.1</b>	<b>BALANÇO ANALÍTICO</b>	<b>25</b>



*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*

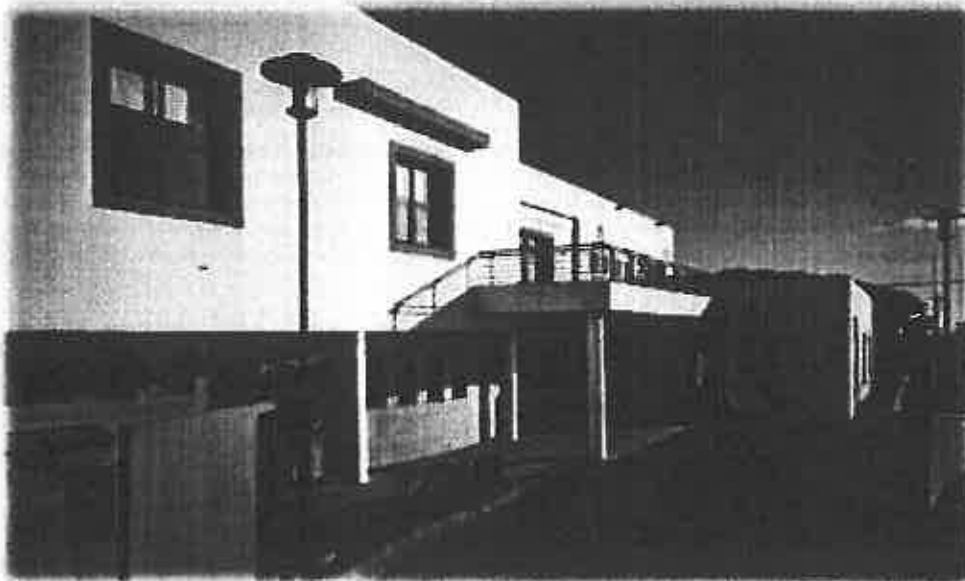
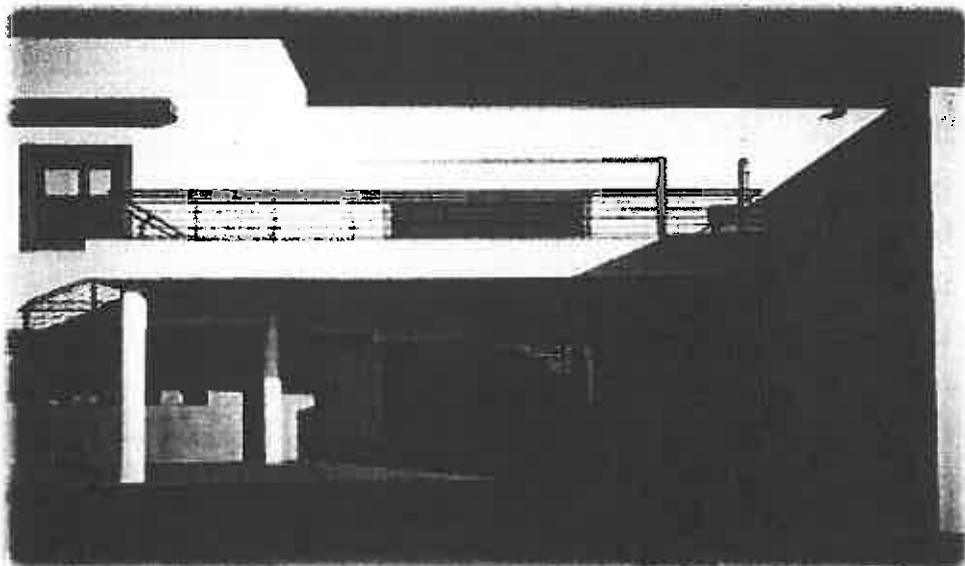
10.2	DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS.....	26
10.3	ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS.....	27
10.3.1	Identificação da Entidade:.....	27
10.3.2	Referencial Contabilístico de preparação das Demonstrações Financeiras: ....	27
10.3.3	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:....	28
10.3.4	Ativos Fixos Tangíveis:.....	31
10.3.5	Outros Ativos Financeiros: .....	32
10.3.6	Inventários: .....	<b>Erro! Marcador não definido.</b>
10.3.7	Rédito:.....	32
10.3.8	Subsídios e outros apoios:.....	34
10.3.9	Estado e Outros Entes Públicos.....	35
10.3.10	Imposto sobre o rendimento: .....	35
10.3.11	Benefícios dos Empregados: .....	35
10.3.12	Divulgações exigidas por outros Diplomas Legais.....	36
10.3.13	Outras informações.....	36
10.3.14	Decomposição dos gastos com Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) .....	38
10.3.15	Decomposição de outros rendimentos e gastos.....	39
10.3.16	Fundo Patrimonial .....	39
10.3.17	Decomposição de gasto líquido de financiamento.....	39
10.3.18	Eventos subsequentes.....	40
10.4	DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS.....	41
10.5	DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	42

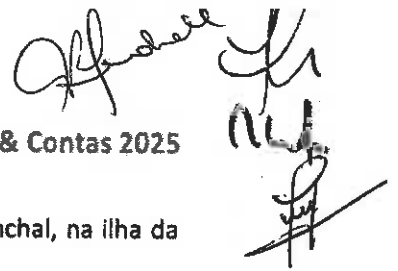
*Handwritten signatures and initials in the top left corner.*

## **2 APRESENTAÇÃO**

No cumprimento da legislação em vigor e dos estatutos da Associação, vem a Direção da "Associação de Paralisia Cerebral da Madeira.", apresentar e submeter à apreciação de V. Exas. o Relatório e Contas do Exercício Económico de 2025..

Esta associação explora a unidade de internamento e um centro de atividades e capacitação para a inclusão de utentes com Paralisia Cerebral "Associação de Paralisia Cerebral da Madeira",





sita no Caminho do Pico do Funcho nº 58, em São Martinho na cidade do Funchal, na ilha da Madeira.

### **3 MENSAGEM DA PRESIDENTE DA DIREÇÃO**

O ano de 2025 decorreu em linha com o percurso que temos vindo a construir, marcado pela consolidação de práticas, pelo fortalecimento das relações institucionais e pela estabilidade da atividade desenvolvida pela Associação de Paralisia Cerebral da Madeira (APCM).

Mantivemos firme o nosso compromisso com a qualidade dos cuidados prestados, a valorização das equipas, o envolvimento das famílias e a sustentabilidade da instituição. Prosseguimos com uma gestão rigorosa e transparente, em alinhamento com as exigências dos nossos parceiros e financiadores, em particular o ISSM, IP-RAM.

Durante o ano, reforçámos as ações de formação interna, essenciais para a capacitação dos nossos colaboradores face aos desafios diários, contribuindo para a qualidade e consistência dos serviços prestados. Continuámos também os esforços de angariação de fundos, com o valioso apoio de mecenas, empresas e da comunidade, o que nos proporcionou meios adicionais para concretizar projetos estruturantes e iniciativas de impacto positivo para os nossos utentes.

Em 2025, acrescentámos o projeto da Oficina para os produtos de apoio, onde as ajudas técnicas utilizadas pela nossa população poderão ser modificadas ou adaptadas. A par deste, continuaram a decorrer com sucesso outros projetos relevantes como os Contadores de Histórias, o Boccia e a Rádio Ritmo, e a banda dos Rabuçados de Funcho, todos com um papel significativo na promoção da autonomia e participação ativa.

A APCM continua a ser, acima de tudo, uma comunidade de pessoas. Utentes, famílias, colaboradores, voluntários, parceiros, mecenas e entidades que, com dedicação, generosidade e empenho, dão corpo à missão de promover a inclusão, a dignidade e a qualidade de vida das pessoas com paralisia cerebral e doenças neurológicas afins.

A Direção agradece profundamente a todos os que contribuíram para que 2025 tenha sido mais um passo firme na construção de uma APCM cada vez mais forte, coesa, humana e resiliente.

*Handwritten signature*





## 4 INTRODUÇÃO E NATUREZA DA ATIVIDADE

Durante o exercício de 2025 adotaram-se políticas contabilísticas, para que as contas da associação reflitam com maior exatidão a sua performance.

Queremos que os interesses dos financiadores, dos sócios, dos mecenas e dos credores sejam salvaguardados não só de um modo financeiro, mas de um modo económico também.

### 4.1 MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS DO QUADRIÉNIO 2023-2026

#### 4.1.1 MESA DA ASSEMBLEIA GERAL:

**PRESIDENTE:** Maria Isabel Mendes Pita Londral

**1º SECRETÁRIO:** Nuno Manuel Abreu de Gouveia

**2º SECRETÁRIO:** Susana Fátima Quintal Pereira

#### 4.1.2 DIREÇÃO DA APCM

**PRESIDENTE:** Fabíola Silva Monteiro Câmara Pereira

**VICE-PRESIDENTE:** Cristina Maria Freire dos Reis Andrade

**TESOUREIRO:** João Lemos Silva

**SECRETÁRIO:** Mónica Freitas Costa

**VOGAL:** Rosa Maria da Silva Ferreira

**VOGAL:** Roberto Nuno Figueira Gonçalves

**VOGAL:** Aloísio Vasconcelos Cardeal Escórcio

**VOGAL:** Abílio Manuel Arede

**VOGAL:** Nuno André Borges de Freitas

**1º SUPLENTE:** Ruben José Maio Nipo

**2º SUPLENTE:** Darcio Daniel Mendonça Carvalho

#### 4.1.3 CONSELHO FISCAL

**Presidente:** Carla Maria Jesus

**1º VOGAL:** Luciana Maria Correia Abreu de Sousa

**VOGAL:** Emanuel Ressurreição Macedo Mendes

**APCM**  
ASSOCIAÇÃO DE PARALISIA  
CEREBRAL DA MADEIRA

**4.1.4 COMISSÃO JURISDICIONAL**

**PRESIDENTE: Artur Jorge Batista**

**VOGAL: Rui Pereira de Vasconcelos**

**VOGAL: Bernardo Luís Nóbrega Vasconcelos**

**SUPLENTE: Diana Leonor Garcês**

**SUPLENTE: Cristiana Patricia Cunha da Silva**



*[Handwritten signatures and initials]*

## 5 POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO, VISÃO, MISSÃO E VALORES

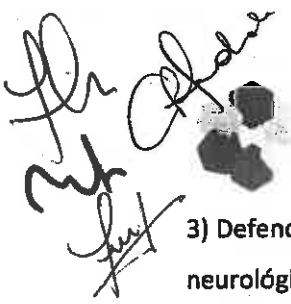
Fundada em 1991 por um grupo de pais e técnicos, a Associação de Paralisia Cerebral da Madeira (APCM) é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, sem fins lucrativos, que dá resposta ao nível residencial, ocupacional e de reabilitação a cidadãos e famílias de jovens e adultos portadores de paralisia cerebral ou doenças neurológicas afins. É sua missão sensibilizar a sociedade para a problemática da paralisia cerebral, sua prevenção, habilitação e inclusão social.

Há quinze anos nas instalações da Quinta Pedagógica do Pico do Funcho, em São Martinho, onde tem uma estrutura Residencial, onde vivem atualmente 49 utentes, e um Centro de Atividades Ocupacionais, com 37 utentes em regime de semi-internato. Intervém ainda na área da reabilitação junto de 300 utentes, realizando nas instalações da instituição, consultas externas nas áreas de neuro pediatria, fisioterapia, psicomotricidade, hidroterapia, terapia ocupacional e terapia da fala.

Prestam serviços aos utentes, uma equipa interdisciplinar de 104 pessoas totalmente empenhadas em trazer normalidade, harmonia, ocupação e entusiasmo a esta comunidade. Há um empenho em proporcionar um ambiente familiar e de afeto, visando uma maior qualidade de vida dos utentes. Sempre que possível, fazem desabrochar competências de cada uma destas pessoas, respeitando as suas diferenças, amenizando fragilidades, apoiando as suas emoções, com a consciência plena dos seus direitos como membros da sociedade.

A Associação tem por objetivo a prevenção, habilitação, participação, inclusão social, e apoio à família da pessoa com paralisia cerebral, situações neurológicas afins e outras. A missão da APCM é sensibilizar a sociedade e as estruturas estatais para a problemática da paralisia cerebral, sua prevenção, habilitação e inclusão social. Como tal, propomo-nos a:

- 1) Sensibilizar e responsabilizar as diversas estruturas políticas e sociais para a competência que lhes cabe na resolução dos problemas da pessoa com paralisia cerebral, situações neurológicas afins e outras, assim como das suas famílias.
- 2) Sensibilizar a pessoa com paralisia cerebral, situações neurológicas afins e outras, e famílias motivando-as para a defesa dos seus direitos e interesses, bem como para a assunção das responsabilidades que lhes cabem.



- 3) Defender e promover a integração na sociedade da pessoa com paralisia cerebral, situações neurológicas afins e outras, através do desenvolvimento máximo das suas potencialidades; fomentar a criação de apoios a pessoas com grande incapacidade;
  - 4) Fomentar a formação de técnicos, outros profissionais, dirigentes, familiares e utentes; fomentar a especialização no interesse da paralisia cerebral, situações neurológicas afins e outras assim como a sua divulgação.
  - 5) Promover e desenvolver atividades culturais, recreativas e desportivas a nível regional, nacional e internacional, nas vertentes do lazer, dos tempos livres e da competição/rendimento para pessoas com paralisia cerebral, situações neurológicas afins e outras.
- Sempre com o objetivo máximo de promover a autonomia e qualidade de vida da pessoa com Paralisia cerebral e doenças neurológicas afins.

## **6 O CONTEXTO DA ATIVIDADE DA APCM**

No cumprimento dos Estatutos da Associação de Paralisia Cerebral da Madeira (APCM), cumpre à Direção apresentar o Relatório de Atividades referente ao ano de atuação de 2025. Neste ponto, estão apresentados os resultados alcançados face aos objetivos estratégicos e indicadores expressos no Plano Anual de Atividades do ano homólogo.

Pretende-se também, dar ênfase as atividades realizadas ao longo do ano, assim como, os constrangimentos afetos a sua concretização.

Desta forma, os objetivos alcançados durante o ano de 2024 são o resultado dos compromissos institucionais e do empenho dos profissionais da APCM. O sentido de responsabilidade e respeito pela dignidade humana são valores éticos que norteiam a atuação da APCM face ao compromisso com os seus clientes, respetivas famílias, mas também, às expectativas da sociedade.

### **6.1 A ORGANIZAÇÃO**

A Associação de Paralisia Cerebral da Madeira (APCM) é uma Instituição de Solidariedade Social (IPSS), sem fins lucrativos, fundada em 1991, nascendo do empenho e motivação de pais e amigos de crianças, jovens e adultos com paralisia cerebral e doenças neurológicas afins. A APCM abrange as respostas sociais de Lar Residencial e de Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI).



### 6.1.1 A Estrutura Residencial

Constitui-se como resposta social de acolhimento de pessoas com paralisia cerebral e doenças neurológicas afins que por motivos diversos (doença, prestação de cuidados específicos, idade avançada dos cuidadores, fracos recursos económicos, entre outras), se encontrem condicionadas temporário ou definitivamente, de residir no seu seio familiar.

Os objetivos principais desta resposta social são: a promoção e a disponibilização aos clientes de condições que beneficiem uma maior e melhor qualidade de vida e inclusão social na sua plenitude. Este equipamento conta com infraestruturas e equipamentos devidamente adaptados às mais diversas condições, limitações e características dos clientes que pretende dar resposta.

O Lar tem capacidade para 49 camas em regime de alojamento permanente e 1 cama em regime de alojamento temporário, para situações de convalescença, descanso dos cuidadores, ou outra situação que careça o internamento temporário do cliente.

Nesta valência estão disponibilizados um conjunto de serviços, que são assegurados por uma equipa de profissionais nas áreas de enfermagem, ação direta e de cuidados de saúde, de um clínico de medicina interna, serviço social, entre outros, transversais a todas as valências, como atividades sócio ocupacionais e de reabilitação.

### 6.1.2 Os Centros de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI)

Destinam-se a jovens e a adultos com idade igual ou superior a 18 anos, com paralisia cerebral e doenças neurológicas afins. Esta resposta social tem com o objetivo estimular, facilitar, melhorar ou manter as capacidades remanescentes desta população.

Nos CACI, são promovidos três tipos de atividades ocupacionais:

#### 1. Atividades estritamente ocupacionais (CACIs semi-produtivos):

Visam manter a pessoa com necessidades especiais ativa e interessada, favorecendo o seu equilíbrio físico, emocional e social. Promovem a participação em ações culturais, desportivas e recreativas e garantem apoio técnico nos planos físicos, psíquico e social.

**2. Atividades Ocupacionais Socialmente Úteis:**

Quando possível, a APCM, proporciona aos seus clientes a transição para atividades profissionalizadas dentro de um serviço da instituição como, por exemplo, no apoio aos serviços gerais, jardinagem, gestão de redes sociais, gestão do site da instituição, etc., sendo o utente compensado monetariamente pela sua contribuição naquele serviço.

**3. Atividades Ocupacionais Terapêuticas (CACIs Terapêuticos):**

Destinados aos utentes com incapacidade e graus de dependência significativos cuja resposta implica a prestação de um serviço terapêutico, de reabilitação e ocupacional integrado.

**6.1.3 SERVIÇOS TRANSVERSAIS A TODAS AS VALÊNCIAS**

**Equipa Técnica** – Os serviços de apoio direto a estas valências da APCM contam com uma equipa técnica com formação nas diferentes áreas da reabilitação e clínica (médicos, enfermeiros, fisioterapeutas, terapeuta da fala), na área da nutrição (nutricionista) e na área de serviço social (assistentes sociais). Nas áreas lúdico-recreativas, dispomos de uma equipa com formação nas áreas de educação visual e tecnológica, educação, desporto e animação sociocultural.

**Serviços de Apoio** – Lavandaria, portaria, cozinha, refeitório, serviços gerais e jardinagem/horta. Estes serviços dão apoio às 2 respostas sociais, e são responsáveis pela lavagem e tratamento de roupas dos clientes, confeção da alimentação e de higienização de todos os espaços comuns da APCM.

**Serviço Administrativos** – Asseguram a organização do expediente administrativo, atendimento ao público, apoio à contabilidade, organização e gestão de sócios, e pagamento a fornecedores.

**Aprovisionamento** – Tem o compromisso de gestão de compras e pagamento a fornecedores, estabelece regras gerais para a compra de produtos e serviços e realiza o controlo de produtos à data da sua receção.

**Manutenção** – Responsabilidade de assegurar todas as necessidades de manutenção dos equipamentos e estrutura.

**Transportes** – Asseguram o transporte de utentes nos percursos: residência-APCM e APCM-residência, assim como, em necessidade de deslocação a serviços de saúde, escolas, e de atividades lúdico recreativas, inscritas no plano mensal de atividade socioculturais.





## 7 ANÁLISE DO RISCO

Sendo a APCM uma IPSS, a sua dependência dos contratos programas é extrema para o seu funcionamento e no caso de não serem cumpridos os pagamentos duodecimais do mesmo colocará em causa a sua continuidade. Embora a Direção venha a fazer um esforço na tentativa de ter outras fontes de receitas, estas ainda não têm um peso que possamos estar autónomos em caso de falha ou atraso do ISSM, IP-RAM.

A APCM tem evoluído, e por conta da caracterização dos seus utentes tipo, fazem com que esta instituição seja vital para a região onde se insere.

O aumento progressivo das dependências dos utentes, quer pelo acréscimo etário quer pelo avançar natural das suas doenças degenerativas, obriga-nos constantemente a um aumento de cuidados nas diferentes áreas de atuação.

Da mesma forma a afetação de recursos humanos é feita considerando o nível de cuidados imprescindíveis que se pretende continuar a prestar e que se destina a melhorar a sua qualidade de vida e das suas famílias.

## 8 QUESTÕES CRÍTICAS E OBSTÁCULOS AO CRESCIMENTO

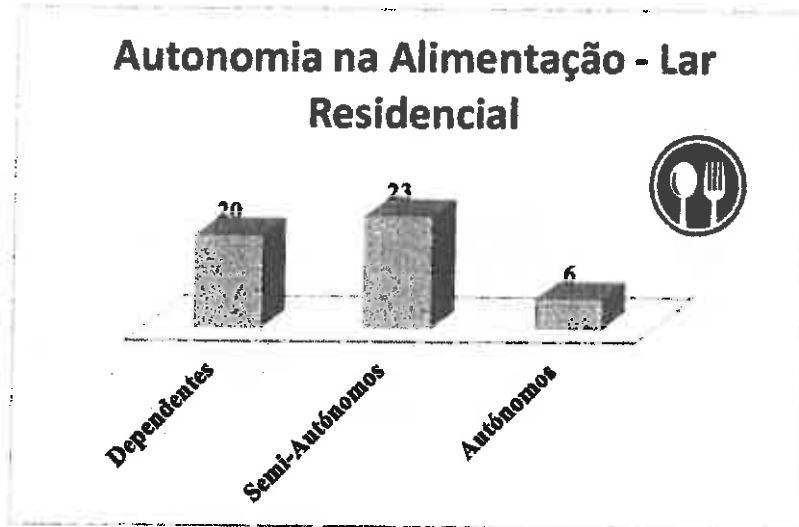
A APCM tem um grande "handicap" em relação às outras instituições de solidariedade social, pois os utentes tipo desta instituição têm uma maior dependência motora nas funções básicas quer de mobilidade quer de alimentação e da sua higiene pessoal diária.

Nos quadros abaixo poderemos ver o grau de dependência destes mesmos utentes nas diferentes áreas:



*Handwritten signatures and initials*

8.1 LAR

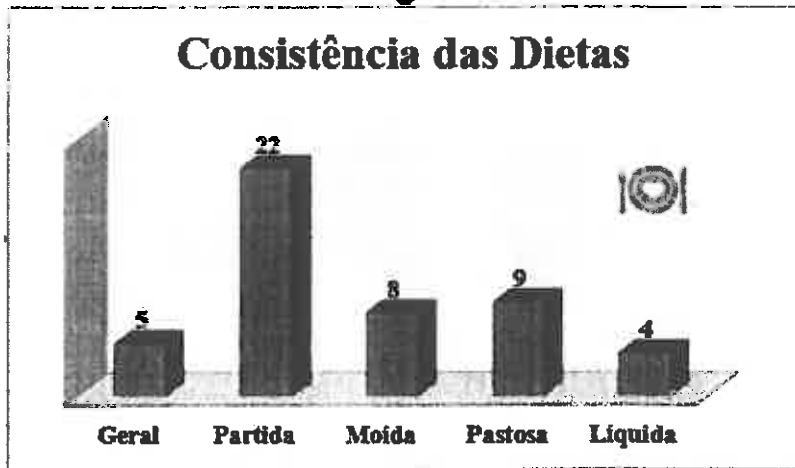


Autonomia na Alimentação

Dependentes	20
Semi-Autónomos	23
Autónomos	6
<b>TOTAL</b>	<b>49</b>

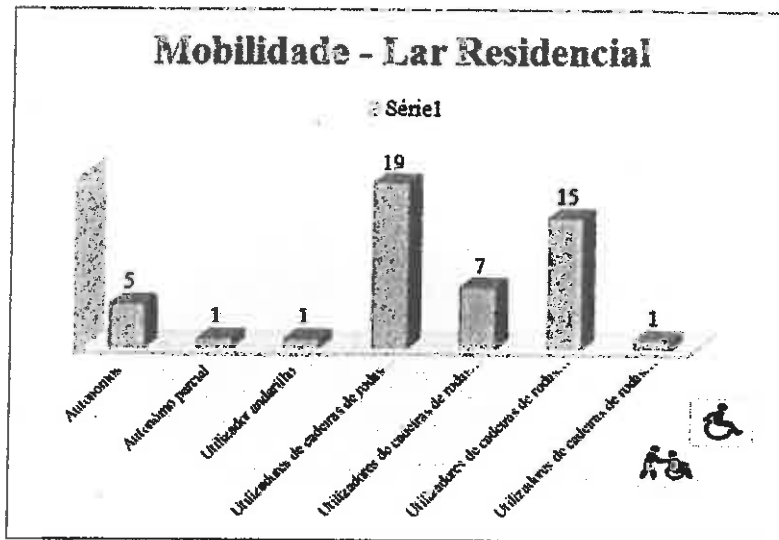


*[Handwritten signatures]*

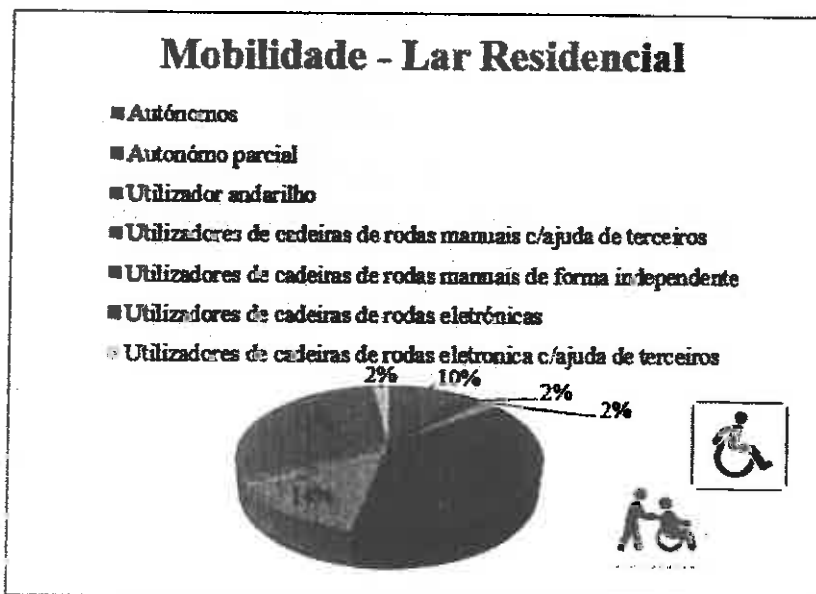




*[Handwritten signature]*



Autônomos	5
Autônomo parcial	1
Utilizador andarrilho	1
Utilizadores de cadeiras de rodas manuais c/ajuda de terceiros	19
Utilizadores de cadeiras de rodas manuais de forma independente	7
Utilizadores de cadeiras de rodas eletrônicas	15
Utilizadores de cadeiras de rodas eletrônicas c/ajuda de terceiros	1
<b>Total</b>	<b>49</b>

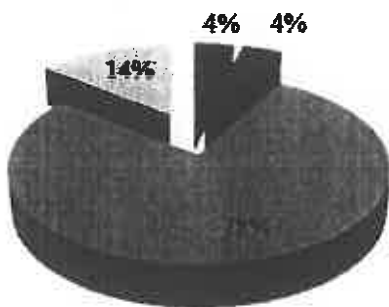


*Handwritten signatures and notes in the top left corner.*



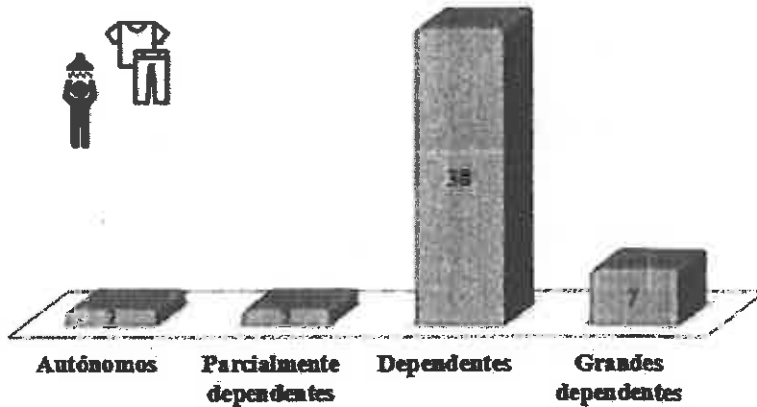
**GRAU DE DEPENDÊNCIA - BANHO/ VESTIR**

■ AUTÓNOMOS                      ■ PARCIALMENTE DEPENDENTES  
■ DEPENDENTES                    ■ GRANDES DEPENDENTES



<b>Autónomos</b>	<b>2</b>
<b>Parcialmente dependentes</b>	<b>2</b>
<b>Dependentes</b>	<b>38</b>
<b>Grandes dependentes</b>	<b>7</b>

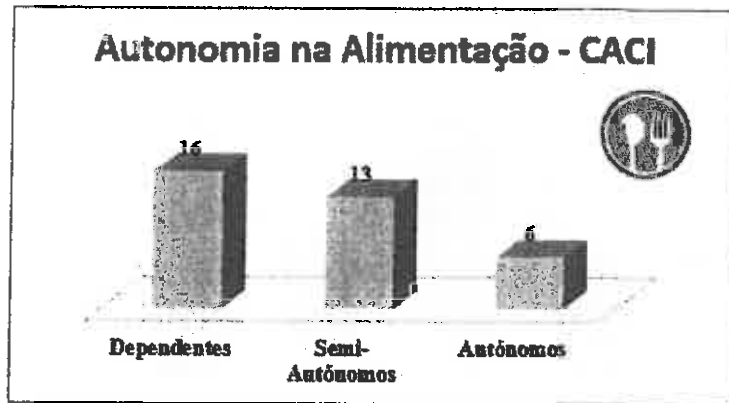
**Grau de Dependência - Banho/ Vestir**





*[Handwritten Signature]*  
*[Handwritten Signature]*  
*[Handwritten Signature]*

8.2 CACI

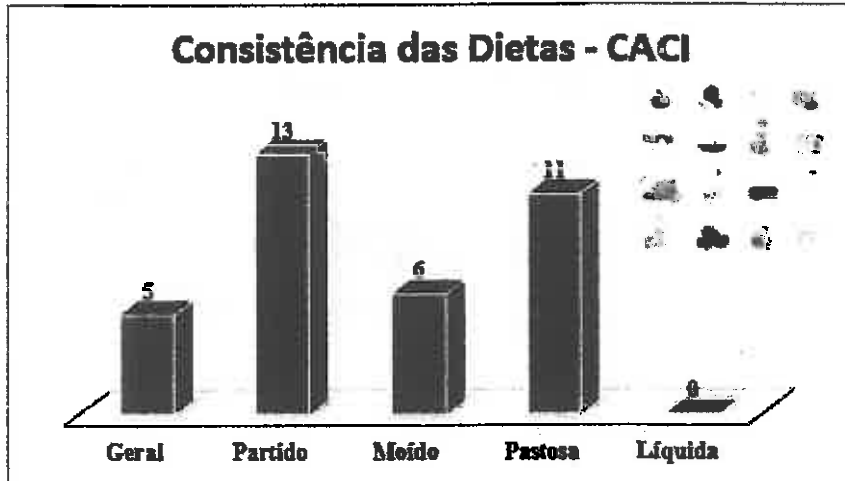


**Autonomia na Alimentação**

Dependentes	16
Semi-Autónomos	13
Autónomos	6
<b>TOTAL</b>	<b>35</b>



*Handwritten signatures and notes in the top left corner.*



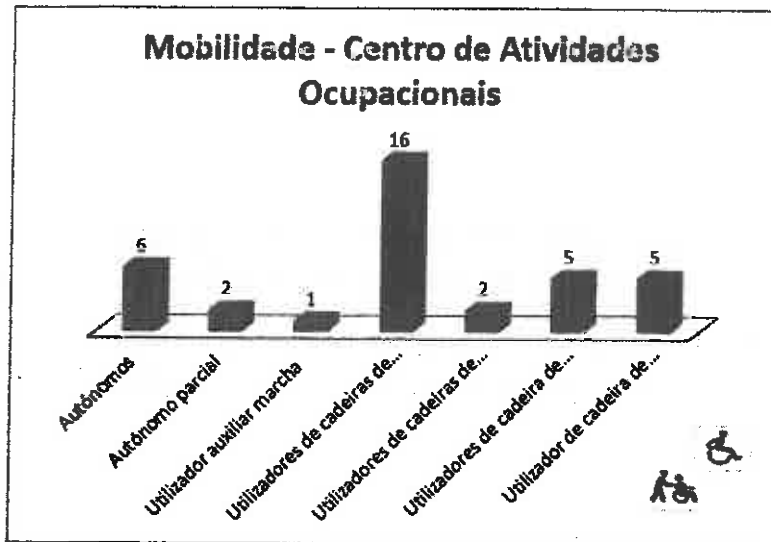
**Consistência das Dietas**

Geral	5
Partido	13
Moído	6
Pastosa	11
Líquida	0
<b>TOTAL</b>	<b>35</b>

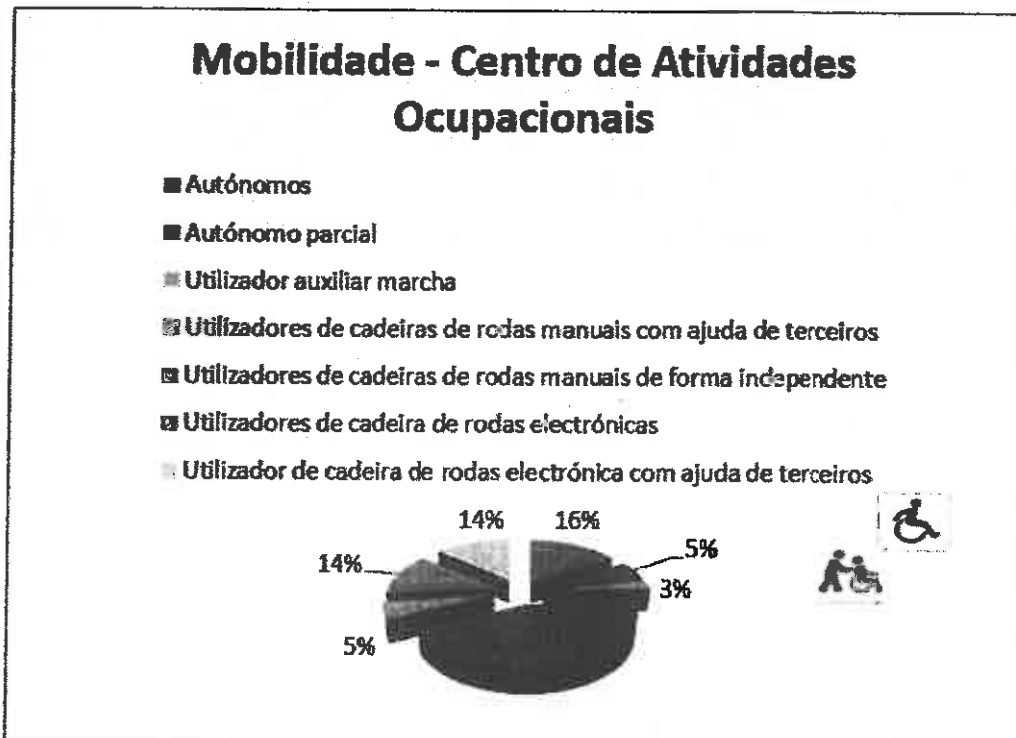




*[Handwritten signatures and initials]*



<b>Autônomos</b>	<b>6</b>
<b>Autônomo parcial</b>	<b>2</b>
<b>Utilizador auxiliar marcha</b>	<b>1</b>
<b>Utilizadores de cadeiras de rodas manuais com ajuda de terceiros</b>	<b>16</b>
<b>Utilizadores de cadeiras de rodas manuais de forma independente</b>	<b>2</b>
<b>Utilizadores de cadeira de rodas eletrônicas</b>	<b>5</b>
<b>Utilizador de cadeira de rodas eletrônicas com ajuda de terceiros</b>	<b>5</b>



## 9 RELATÓRIO DE GESTÃO 2025

### 9.1 GENERALIDADES

#### 9.1.1 Introdução

O presente relatório de Gestão e respetivos anexos, elaborado de acordo com o disposto na lei (C.S.S. artigo 65º) procura expor de forma fiel e clara a evolução da atividade e a situação da Associação de Paralisia Cerebral da Madeira de 2025.

Elaborou-se as contas com base nas demonstrações financeiras, nomeadamente o Balanço e a Demonstração de Resultados, as quais, em nossa opinião, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da instituição de acordo com o referencial do SNC-ESNL.

### 9.2 CONTEÚDO

#### 9.2.1 Evolução da gestão da entidade na sua atividade (C.S.C., artigo 66, n.º2)

##### 9.2.1.1 Quadro de Investimento

A entidade no decorrer do exercício em análise registou o seguinte investimento por rúbrica da análise:

Ativo (EUROS)	2024			2025			Diminuições do Ano	Investimento do Ano
	Ativo Líquido	Depreciações Acumuladas	Ativo Líquido	Ativo Líquido	Depreciações Acumuladas	Ativo Líquido		
Ativo Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL ATIVO INTANGÍVEL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Ativo Fixo Tangível								
Terrenos e Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras Construções	5 453 017,41	1 795 275,39	3 657 742,02	5 453 017,41	1 904 519,98	3 548 497,43	0,00	0,00
Equipamento Básico	589 505,02	566 186,63	3 318,39	573 115,83	566 446,58	6 669,27	0,00	3 610,81
Equipamento de Transporte	220 134,15	211 580,80	8 553,35	220 134,15	220 134,15	0,00	0,00	0,00
Equipamento Administrativo	82 727,74	76 645,90	6 081,84	82 727,74	77 405,38	5 322,36	0,00	0,00
Equipamentos Biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos Fixos Tangíveis	32 078,49	30 156,31	1 922,18	32 078,49	30 540,75	1 537,74	0,00	0,00
Ativos Fixos Tangíveis em Curso	0,00	0,00	0,00	45 253,57	0,00	45 253,57	0,00	45 253,57
<b>TOTAL ATIVO FIXO TANGÍVEL</b>	<b>6 357 462,81</b>	<b>2 679 845,03</b>	<b>3 677 617,78</b>	<b>6 406 327,19</b>	<b>2 799 046,82</b>	<b>3 607 280,37</b>	<b>0,00</b>	<b>48 864,38</b>
<b>TOTAL ATIVO F.TANG. + INTANG.</b>	<b>6 357 462,81</b>	<b>2 679 845,03</b>	<b>3 677 617,78</b>	<b>6 406 327,19</b>	<b>2 799 046,82</b>	<b>3 607 280,37</b>	<b>0,00</b>	<b>48 864,38</b>

##### 9.2.1.2 Os Gastos

No desenvolvimento da sua atividade, no período em análise, a entidade suportou o montante de 2.347.302,80€ de Gastos.

Por natureza salienta-se pela importância e relevância os seguintes Gastos:



Unidade Monetária (Euro)

. Custos com M. V. M. C	0,00
. Fomecimento e Serviços Externos	394 772,31
. Gastos com o Pessoal	1 816 443,41
. Gastos de depreciação e de Amortização	119 201,79
. Perdas por Imparidade	0,00
. Perdas por Reduções de Justo Valor	0,00
. Outros Gastos e Perdas	16 885,29
. Gastos e Perdas de Financiamento	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>2 347 302,80</b>

#### 9.2.1.3 Rendimentos

No desenvolvimento da atividade da entidade, no período em análise, a entidade registou o montante de 2.407.813,70€ em Rendimentos.

Por natureza salienta-se pela importância e relevância os seguintes rendimentos:

Unidade Monetária (Euro)

. Vendas	0,00
. Prestações de Serviços	324 344,43
. Variações nos Inventários da Produção	0,00
. Trabalhos para a Própria Entidade	0,00
. Subsídios à Exploração	1 972 583,11
. Reversões	0,00
. Ganhos por aumentos de justo valor	218,98
. Outros Rendimentos e Ganhos	105 773,47
. Juros, dividendos e outros Rend. Similares	4 893,71
<b>TOTAL</b>	<b>2 407 813,70</b>

#### 9.2.1.4 Investigação & Desenvolvimento.

A entidade não desenvolveu qualquer iniciativa no âmbito de Investigação e Desenvolvimento.

#### 9.2.2 Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício. (C.S.C. art. 66º n.º2)

À data do balanço é de salientar que a incerteza causada pelo conflito armado, entre a Rússia e a Ucrânia, está bem presente no quotidiano da economia regional, nacional e internacional. No entanto, até ao momento, e com o desenrolar da situação, não encontramos razões que possam



colocar em risco a continuidade da atividade da instituição, pelo que a direção considera que o pressuposto de continuidade utilizado na preparação das demonstrações financeiras da entidade, com referência a 31 de dezembro de 2025, se mantém apropriado.

**9.2.3 Negócios entre a Entidade e os seus gestores (C.S.C. Art.º 66º n.º2 e 397 n.º49)**

Não se verificou a existência de qualquer negócio entre a entidade e os seus gestores, pelo que não se regista qualquer autorização com esse propósito.

**9.2.4 Débitos ao sector público estatal com pagamentos em mora. (DL n.º 534/80 de 7 de novembro, Art.º 2º).**

A entidade regista uma situação regularizada face ao sector público estatal.

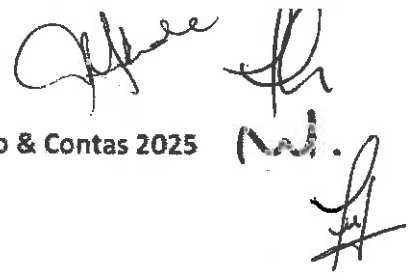
**9.2.5 Situação face a segurança social (D.L. n.º 411/91 de 17 de outubro, Art.º 21)**

À data de 31 de dezembro, a entidade apresentava uma situação regularizada face à Segurança Social, não tendo dívidas cujo pagamento estivesse em mora, nem outras vencidas, ou qualquer acordo celebrado com o Centro de Segurança Social da Madeira para a regularização das mesmas.

**9.3 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS (C.S.C. artigo 66)**

Atendendo ao disposto na Lei e propriamente ao estabelecido no C.S.C. no que diz respeito diretamente à aplicação de Resultados, a Direção propõe o seguinte:

Que o resultado líquido do exercício findo no montante positivo de 60.510,90€ seja transferido para a conta de Resultados Transitados.



## 9.4 ANEXOS

### 9.4.1 Membros dos Órgãos Diretivos:

#### 9.4.1.1 Mesa de Assembleia-geral:

**Presidente:** Maria Isabel Mendes Pita Londral

**1º Secretário:** Nuno Manuel Gouveia

**2º Secretário:** Susana Fátima Pereira Quintal

#### 9.4.1.2 Direção:

**Presidente:** Fabíola Silva Monteiro Câmara Pereira

**Vice-Presidente:** Cristina Maria Freire dos Reis Andrade

**Tesoureiro:** João Lemos Silva

**Secretário:** Mónica Freitas Costa

**Vogal:** Rosa Maria da Silva Ferreira

**Vogal:** Roberto Nuno Gonçalves

**Vogal:** Nuno André Borges Freitas

**Vogal:** Abílio Manuel Arede

**Vogal:** Aloísio Cardeal Escórcio

#### 9.4.1.3 Conselho Fiscal:

**Presidente:** Caria Maria Jesus

**1º Vogal :** Luciana Maria Correia Abreu

**2º Vogal:** Emanuel Ressurreição Macedo Mendes

Funchal, 25 março de 2026

---

---

---



# 10 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

## 10.1 BALANÇO ANALÍTICO

### BALANÇO

dezembro/2025

	Notas	Unidade Monetária (Euro)	
		2025	2024
<b>Activo</b>			
<b>Activo não Corrente</b>			
Activos Físicos Tangíveis	0.2.4	3 607 280,37 €	3 677 67,78 €
Bens do Património Histórico e Cultural		0,00 €	0,00 €
Activos Intangíveis		0,00 €	0,00 €
Investimentos Financeiros	0.3.5	10 054,70 €	9 835,72 €
Fundadores/ Beneméritos/ Patrocinadores/ Doadores/ Associados/ Membros		0,00 €	0,00 €
Outros Créditos e activos não correntes		0,00 €	0,00 €
		<b>3 617 335,07 €</b>	<b>3 687 463,50 €</b>
<b>Activo Corrente</b>			
Inventários		0,00 €	0,00 €
Créditos a receber		4 662,29 €	3 942,64 €
Estado e outros entes públicos	0.3.8	3 076,60 €	1 383,88 €
Fundadores/ Beneméritos/ Patrocinadores/ Doadores/ Associados/ Membros		0,00 €	0,00 €
Diferimentos	0.3.12.1	7 948,90 €	2 031,76 €
Outros Activos Correntes	0.3.12.2	1 249,02 €	6 424,82 €
Caixa e Depósitos Bancários	0.3.3.2	10 35 984,27 €	9 69 685,31 €
		<b>10 35 182,108 €</b>	<b>9 62 448,27 €</b>
<b>Total do Activo</b>		<b>4 669 518,5 €</b>	<b>4 679 901,77 €</b>
<b>Fundos Patrimoniais e Passivo</b>			
<b>Fundos Patrimoniais</b>			
Fundos		0,00 €	0,00 €
Excedentes Técnicos		0,00 €	0,00 €
Reservas		0,00 €	0,00 €
Resultados Transfidos	0.3.6	577 731,83 €	452 566,23 €
Excedentes de Reavaliação		0,00 €	0,00 €
Ajustamento e / Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	0.3.5	3 447 120,60 €	3 551 578,80 €
Resultado Líquido do Período		60 510,90 €	10 168,50 €
<b>Total dos Fundos Patrimoniais</b>		<b>4 065 363,43 €</b>	<b>4 105 830,73 €</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não Corrente</b>			
Provisões		0,00 €	0,00 €
Provisões Específicas		0,00 €	0,00 €
Financiamentos Obtidos		0,00 €	0,00 €
Outras Dívidas a Pagar		0,00 €	0,00 €
		<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>
<b>Passivo Corrente</b>			
Fornecedores		39 308,09 €	28 846,34 €
Estado e outros entes públicos	0.3.8	62 605,34 €	35 833,42 €
Fundadores/ Beneméritos/ Patrocinadores/ Doadores/ Associados/ Membros		0,00 €	0,00 €
Financiamentos Obtidos		0,00 €	0,00 €
Diferimentos		0,00 €	0,00 €
Outras Passivos Correntes	0.3.12.2	50 167,49 €	509 391,28 €
		<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>
		<b>583 782,72 €</b>	<b>574 071,04 €</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>583 782,72 €</b>	<b>574 071,04 €</b>
<b>Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo</b>		<b>4 669 518,5 €</b>	<b>4 679 901,77 €</b>

O Contabilista Certificado nº 81367

A Direção



10.2 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS - POR NATUREZA**

dezembro/2025

Rendimentos e Gastos	NOTAS	Unidade Monetária (Euro)	
		Exercícios	
		2025	2024
(+) Vendas e serviços Prestados	10.3.6.2	324 344,43 €	309 305,62 €
(+) Subsídios, doações e legados à exploração	10.3.7.1	1972 583,16 €	2 004 048,63 €
(+/-) Variação nos inventários de produção		0,00 €	0,00 €
(+) Trabalhos para a própria entidade		0,00 €	0,00 €
(-) C.M.V.M.C.		0,00 €	0,00 €
(-) Fornecimentos e serviços externos	10.3.13	-394 772,31 €	-432 262,29 €
(-) Gastos com o pessoal	10.3.10	-18 6 443,41 €	-1773 467,8 €
(+/-) Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00 €	0,00 €
(+/-) Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00 €	0,00 €
(+/-) Provisões (aumentos/reduções)		0,00 €	0,00 €
(+/-) Provisões Específicas (aumentos/reduções)		0,00 €	0,00 €
(+/-) Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00 €	0,00 €
(+/-) Aumentos/reduções de justo valor		28,96 €	274,08 €
(+) Outros rendimentos	10.3.14	105 773,47 €	111 560,6 €
(-) Outros gastos	10.3.14	-16 665,29 €	-1879,85 €
<b>Resultados antes de Depreciações, gastos de financiamento e impostos = EBITDA</b>		<b>174 816,96 €</b>	<b>220 565,22 €</b>
(+/-) Gastos/reversões de depreciação e de amortização	10.3.4.3	-19 201,79 €	-21903,90 €
<b>Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) = EBIT</b>		<b>55 615,17 €</b>	<b>98 661,32 €</b>
(+) Juros e rendimentos similares obtidos:	10.3.15	4 893,71 €	3 024,36 €
(-) Juros e gastos similares suportados:		0,00 €	0,00 €
<b>Resultados Antes Impostos</b>		<b>60 508,88 €</b>	<b>101 685,70 €</b>
(+/-) Imposto sobre o rendimento do período		0,00 €	0,00 €
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>60 508,88 €</b>	<b>101 685,70 €</b>

O Contabilista Certificado nº 81367

A Direção

### 10.3 ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

#### 10.3.1 Identificação da Entidade:

##### 10.3.1.1 Designação da Entidade;

APCM – Associação de Paralisia Cerebral da Madeira

##### 10.3.1.2 Sede;

Caminho do Pico do Funcho, nº 58

##### 10.3.1.3 Natureza da Atividade;

CAE Principal – 88102 Atividades de apoio social para pessoas com deficiência

#### 10.3.2 Referencial Contabilístico de preparação das Demonstrações Financeiras:

##### 10.3.2.1

As Demonstrações Financeiras apresentadas têm como referencial, a Normalização Contabilística para as Entidades do Setor não Lucrativo (ESNL), tendo sido aplicadas nos termos do disposto no parágrafo 2.3 da NCRF – ESNL.

##### 10.3.2.2

Indicação e justificação das disposições da Normalização Contabilística para as Entidades do Setor não Lucrativo (ESNL) que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas Demonstrações Financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do Ativo, do Passivo e dos Resultados da Entidade.

não aplicável

##### 10.3.2.3

Indicação e comentário das contas do Balanço e da Demonstração dos Resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior bem como das quantias relativas ao período anterior que tenham sido ajustadas.

Tendo em consideração a entrada em vigor da Normalização Contabilística para as Entidades do Setor não Lucrativo (ESNL) e consequente revogação do Plano Oficial de Contabilidade (POC) foram efetuados os procedimentos de reclassificação, reconhecimento, desreconhecimento, bem como alterações dos critérios de mensuração nas situações aplicáveis.



10.3.3 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

10.3.3.1 Principais políticas contabilísticas:

a) Bases de Mensuração usadas na preparação das Demonstrações Financeiras;

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, no caso dos bens do ativo fixo tangível atribuídos a título gratuito, são mensurados ao justo valor.

b) Outras políticas Contabilísticas;

As políticas Contabilísticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente com o previsto na NCRF-ESNL. Em cada data de Balanço é efetuada uma avaliação da existência de evidência objetiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos Fluxos de Caixa futuros estimados sempre que possa ser medido de forma fiável.

i. Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis da sociedade encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas depreciações acumuladas.

Qualquer aumento resultante das revalorizações é registado em Fundos Patrimoniais como excedente de revalorização. Os gastos subsequentes com manutenção e reparação são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se previsto aumentar a vida útil do bem e se provável que deles resultarão benefícios económicos para a entidade.

As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculados pelo método das quotas constantes em conformidade com o período da vida útil estimada para cada grupo de bens:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	20-50
Equipamento básico	4 - 8
Equipamento de transporte	3 - 7
Ferramentas e utensílios	3 - 7
Equipamento administrativo	2 - 10
Outros activos fixos tangíveis	1 - 4

ii. Inventários

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos

de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual. O valor deduzido dos respetivos custos de venda. As saídas de armazém (consumos) são valorizadas pelo FIFO.

iii. Contas a receber

As contas a receber são inicialmente reconhecidas ao custo (entendido como a quantia nominal dos direitos contratuais envolvidos), sendo apresentadas em balanço deduzidas das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

iv. Rendimentos e gastos

Os rendimentos e gastos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio de contabilidade em regime de acréscimo.

v. Rédito

O rédito é mensurado pelo valor nominal da retribuição recebida ou a receber. O rédito compreende os montantes faturados na venda de produtos ou prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos.

vi. Resultados Financeiros

Os resultados financeiros incluem os juros pagos pelos empréstimos obtidos, os juros recebidos de aplicações efetuadas, os dividendos recebidos, os ganhos e perdas resultantes de diferenças de câmbio. Os juros são reconhecidos de acordo com regime de acréscimo.

vii. Impostos sobre Rendimentos

A Instituição encontra-se reconhecida como Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), beneficiando de isenção de IRC ao abrigo da alínea b) do n.º 1 do Artigo 10.º do Código do IRC (CIRC).

Esta isenção abrange os rendimentos obtidos no exercício das atividades que constituem o seu objeto estatutário, bem como rendimentos de capitais (exceto títulos ao portador) e mais-valias destinadas aos fins estatutários. Nos termos do artigo 54.º do CIRC, as quotas dos associados e os subsídios destinados a financiar os fins estatutários são considerados rendimentos não sujeitos a imposto.



*[Handwritten signatures]*

viii. Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a associação cumpre com todas as condições para o receber. Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, com o compromisso, que a associação cumpre com todas as condições para o receber, sendo os mesmos reconhecidos em resultados no momento de recebimento do subsídio.

Os apoios e participações de despesas recebidos, na sequência da participação da Entidade nos vários projetos a que está ligada, são reconhecidos na medida das despesas que são incorridas e reportadas aos gestores de cada projeto, seguindo uma ótica de especialização dos rendimentos de acordo com as despesas suportadas.

ix. Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a doze meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

Descrição	Unidade Monetária (Euro)	
	31.12.2025	31.12.2024
Caixa	7 979,07	4 954,69
Depósitos à Ordem	721 005,01	641 710,47
Depósitos a Prazo	306 700,19	323 000,00
<b>Total</b>	<b>1 035 684,27</b>	<b>969 665,16</b>

c) *Principais pressupostos relativos ao futuro;*

Não aplicável

d) *Principais fontes de incerteza das estimativas.*

Não aplicável

10.3.3.2 *Alterações nas políticas contabilísticas;*

Não aplicável

10.3.3.3 *Alterações nas estimativas contabilísticas;*

Não aplicável

10.3.3.4 *Correção de erros de períodos anteriores;*

Não aplicável



10.3.4 Ativos Fixos Tangíveis:

10.3.4.1 *Vidas úteis e/ou as taxas de depreciação usadas;*

Os Ativos Fixos Tangíveis são depreciados de acordo com os períodos de vida útil esperada dos bens, de acordo com o definido no Decreto - Regulamentar nº25/2009 de 14 de setembro.

10.3.4.2 *Quantia escriturada bruta e a depreciação acumulada no início e no fim do período;*

	Situação Inicial			Situação Final		
	Quantia Bruta	Depreciações e Imparidades Acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Depreciações e Imparidades Acumuladas	Quantia Escriturada
Edifícios e outras Construções	5 453 017,41	1 795 275,39	3 657 742,02	5 453 017,41	1 904 519,98	3 548 497,43
Equipamento Básico	569 505,02	566 186,63	3 318,39	573 115,83	566 446,56	6 669,27
Equipamento Transporte	220 134,15	211 580,80	8 553,35	220 134,15	220 134,15	0,00
Equipamento Administrativo	82 727,74	76 645,90	6 081,84	82 727,74	77 405,38	5 322,36
Outros Ativos Fixos Tangíveis	32 078,49	30 156,31	1 922,18	32 078,49	30 540,75	1 537,74
<b>Total</b>	<b>6 357 462,81</b>	<b>2 679 845,03</b>	<b>3 677 617,78</b>	<b>6 361 073,62</b>	<b>2 799 046,82</b>	<b>3 562 026,80</b>

10.3.4.3 *Reconciliação da quantia escriturada no início e fim do período que mostre separadamente as adições, as alienações, os abates e as depreciações*

	Unidade Monetária (Euro)				
	Quantia escriturada inicial	Adições	Amortizações	Transferências	Quantia escriturada final
Edifícios e outras Construções	3 657 742,02	0,00	109 244,59	0,00	3 548 497,43
Equipamento Básico	3 318,39	3 610,81	704,41	0,00	6 224,79
Equipamento Transporte	8 553,35	0,00	8 553,35	0,00	0,00
Equipamento Administrativo	6 081,84	0,00	315,00	0,00	5 766,84
Outros Ativos Fixos Tangíveis	1 922,18	0,00	384,44	0,00	1 537,74
<b>Total</b>	<b>3 677 617,78</b>	<b>3 610,81</b>	<b>119 201,79</b>	<b>0,00</b>	<b>3 562 026,80</b>



#### 10.3.4.4 Ativos Fixos Tangíveis em Curso

O montante de **45.253,57 €** registado na rubrica de Ativos Fixos Tangíveis em Curso refere-se à obra de remodelação das instalações, encontrando-se o projeto em fase de execução à data do balanço.

Em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis (NCRF-ES), estes ativos não foram sujeitos a depreciações no presente exercício, uma vez que ainda não se encontram em condições de utilização. A transferência para as rubricas definitivas de Ativos Fixos Tangíveis e o início da respetiva depreciação ocorrerão apenas no momento da conclusão da obra e entrada em funcionamento.

#### 10.3.5 Outros Ativos Financeiros:

	Unidade Monetária (Euro)			
	Quantia escriturada inicial	Adições	Diminuições	Quantia escriturada final
Fundo Compensação Trabalho	9 835,72	218,98	0,00	10 054,70
Total	9 835,72	218,98	0,00	10 054,70

#### 10.3.6 Rédito:

##### 10.3.6.1 Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvam a prestação de serviços

O rédito encontra-se mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber, tendo em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e de quantidade concedidos pela entidade. No caso das prestações de serviços o rédito associado com a transação foi reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data do balanço, tendo sido utilizado o método da proporção entre os custos incorridos até à data e os custos totais estimados.



10.3.6.2 *Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:*

	Unidade Monetária (Euro)
	<b>Quantia</b>
<b>Prestação de Serviços</b>	324 344,43
<b>Total</b>	<b>324 344,43</b>

Os rendimentos registados nesta rubrica decorrem da missão estatutária da Instituição e decompõem-se da seguinte forma:

- **Mensalidades e Comparticipações (Residência e CACI):** Correspondem às receitas provenientes da prestação de serviços de acolhimento e capacitação.
- **Quotas de Associados:** Referem-se às contribuições periódicas dos sócios da Associação, destinadas a apoiar a prossecução dos seus fins estatutários no apoio a pessoas com paralisia cerebral e situações afins



*[Handwritten signatures]*

10.3.7 Subsídios e outros apoios:

10.3.7.1 *Natureza e extensão dos Subsídios do Governo reconhecidos nas Demonstrações Financeiras e indicação de outros formas de apoio do Governo de que a entidade diretamente beneficiou*

Unidade Monetária (Euro)

<b>Subsídios e Donativos</b>	<b>31.12.2025</b>	<b>31.12.2024</b>
<b>Instituto Segurança Social Madeira-ISSM</b>	1 738 936,60	1 786 034,03
<b>Instituto Emprego Da Madeira</b>	7 119,36	12 470,64
<b>Consignação IVA / IRS</b>	50 650,97	0,00
<b>Donativos</b>	175 876,18	186 343,96
<b>Total</b>	<b>1 972 583,11</b>	<b>1 984 848,63</b>

<b>Detalhe Donativos</b>	<b>31.12.2025</b>	<b>31.12.2024</b>
<b>Em numerário:</b>		
Sócios	630,00	3 308,46
Particulares	6 230,00	6 128,98
Instituições / Associações	26 064,04	654,28
Empresas	52 334,13	36 429,59
Anónimos	16 304,38	7 134,15
Ceia Santos Populares	27 595,48	22 245,46
Futebol de Praia	0,00	0,00
Outros Donativos em numerário	34 134,07	26 962,66
<b>Total Donativos - NUMERÁRIO</b>	<b>163 292,10</b>	<b>102 863,58</b>

<b>Em Espécie:</b>		
Empresas	6 317,84	29 710,15
Instituições / Associações	252,80	0,00
Anónimos	6 013,44	4 673,95
<b>Total Donativos - ESPÉCIE</b>	<b>12 584,08</b>	<b>34 384,10</b>

<b>Outros:</b>		
Consignação IVA / IRS	50 650,97	49 096,28
<b>Total Donativos - OUTROS</b>	<b>50 650,97</b>	<b>49 096,28</b>

10.3.8 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de Estado e Outros Entes Públicos é composta por:

Unidade Monetária (Euro)

	31.12.2025		31.12.2024	
	Saldo devedor	Saldo credor	Saldo devedor	Saldo credor
IRS dependente	0,00	4 773,00	0,00	3 673,00
IRS independente	0,00	123,97	0,00	427,88
IVA	3 076,60	0,00	1 383,89	0,00
Segurança Social	0,00	57 708,17	0,00	31 732,54
Fundo Compensação	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>3 076,60</b>	<b>62 605,14</b>	<b>1 383,89</b>	<b>35 833,42</b>

10.3.9 Imposto sobre o rendimento:

As alterações das taxas aplicáveis variam conforme a legislação em vigor, mas no caso desta instituição, considerada IPSS, não se verificou qualquer alteração em relação ao período anterior.

10.3.10 Benefícios dos Empregados:

O número médio de empregados no período foi de 104.

Unidade Monetária (Euro)

Descrição	31.12.2025	31.12.2024
Remunerações do pessoal	1 475 420,91	1 446 837,10
Encargos sobre as remunerações	305 561,48	298 734,32
Seguros Acidentes no trabalho e doenças profissionais	19 480,97	21 108,08
Gastos de ação social	0,00	0,00
Outros gastos com pessoal	15 980,05	6 787,68
Dos quais: com Formação	2 738,00	1 592,81
Dos quais: com Fardamento	9 761,49	2 601,35
<b>Total</b>	<b>1 816 443,41</b>	<b>1 773 467,18</b>

Número de membros dos órgãos diretivos e alterações ocorridas no período de relato financeiro.

No exercício não ocorreram alterações conforme quadro que se segue:



10.3.11 Divulgações exigidas por outros Diplomas Legais.

A Direção informa que a entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de outubro, a Direção informa que a situação da entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

<b>Membros dos Órgãos Directivos 2023/2026</b>	
<b>Assembleia Geral</b>	
Presidente	Maria Isabel Mendes Pita Londral
1º Secretário	Nuno Manuel Abreu Gouveia
2º Secretário	Susana Fátima Pereira Quintal
<b>Direção</b>	
Presidente	Fabiola Silva Monteiro Câmara Pereira
Vice-Presidente	Cristina Maria Freire dos Reis Andrade
Tesoureiro	João Lemos Silva
Secretário	Mónica Freitas Costa
	Roberto Nuno Gonçalves
	Aloisio Cardeal Escorcio
	Nuno Andre Borges Freitas
	Abilio Manuel Arede
	Rosa Maria da Silva Ferreira
<b>Conselho Fiscal</b>	
Presidente	Carla Maria Henriques Jesus
1º Vogal	Luciana Maria Correia Abreu
2º Vogal	Emanuel Ressurreição Macedo Abreu

10.3.12 Outras informações

10.3.12.1 Decomposição dos Diferimentos

	Unidade Monetária (Euro)	
	31.12.2025	31.12.2024
<b>Gastos a reconhecer</b>	<b>7 148,90</b>	<b>2 031,76</b>
Seguros	7 148,90	2 031,76
Outros FSE	0,00	0,00
<b>Rendimentos a reconhecer</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Comparticipação CAO	0,00	0,00
Donativos a receber	0,00	0,00



10.3.12.2 Decomposição das rubricas de Outros Ativos Correntes e outros Passivos Correntes

Unidade Monetária (Euro)

	31.12.2025		31.12.2024	
	Saldo devedor	Saldo credor	Saldo devedor	Saldo credor
Outros Devedores e Credores	649,02	199 810,59	13 470,38	253 911,85
Fornecedores Investimento	0,00	29 846,93	0,00	1 050,00
Fornecedores (adiantamentos)	0,00	0,00	1 954,44	0,00
Acréscimos	0,00	271 446,78	0,00	253 445,16
Acréscimos Rendimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Remunerações a liquidar	0,00	258 748,85	0,00	247 479,79
Outros Acréscimos de Gastos	0,00	12 697,93	0,00	5 965,37
Clientes (adiantamentos)	0,00	102,94	0,00	0,00
Pessoal	600,00	672,25	0,00	984,27
Outros Instrumentos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>1 249,02</b>	<b>501 879,49</b>	<b>15 424,82</b>	<b>509 391,28</b>



*[Handwritten signatures]*

10.3.13

Decomposição dos gastos com Fornecimentos e Serviços Externos (FSE)

Unidade Monetária (Euro)

Descrição	31.12.2025	31.12.2024
Subcontratos	0,00	0,00
<b>Serviços Especializados</b>	<b>241 247,53</b>	<b>263 828,64</b>
Trabalhos Especializados	27 024,28	32 066,41
Publicidade e Propaganda	0,00	1 551,37
Vigilância e Segurança	0,00	7 150,16
Honorários	19 937,60	18 342,50
Comissões	0,00	0,00
Conservação e Reparação	46 415,84	41 883,87
Outros	147 869,81	162 834,33
<b>Materials</b>	<b>16 272,27</b>	<b>22 375,62</b>
Ferramentas e Utensílios de Desgaste Rápido	12 580,08	15 068,97
Livros e Documentação Técnica	0,00	14,40
Material de Escritório	3 692,19	7 292,25
Artigos para Oferta	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
<b>Energia e Fluidos</b>	<b>91 565,12</b>	<b>96 004,78</b>
Eletricidade	42 579,18	47 413,61
Combustíveis	34 848,80	33 317,02
Água	14 137,14	15 274,15
Outros	0,00	0,00
<b>Deslocações, estadas e transportes</b>	<b>572,00</b>	<b>4 939,39</b>
Deslocações e estadas	572,00	4 939,39
Transporte de Pessoal	0,00	0,00
Transporte de Mercadorias	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
<b>Serviços Diversos</b>	<b>45 115,39</b>	<b>45 133,80</b>
Rendas e Alugueres	3 554,45	2 168,52
Comunicação	6 532,71	6 216,63
Seguros	9 630,61	9 933,99
Royalties	0,00	0,00
Contencioso e Notariado	25,00	63,30
Despesas de Representação	55,50	51,80
Limpeza, higiene e conforto	25 146,11	26 697,06
Outros Serviços	171,01	2,50
<b>Total</b>	<b>394 772,31</b>	<b>432 282,23</b>



10.3.14 Decomposição de outros rendimentos e gastos

Unidade Monetária (Euro)

Descrição	31.12.2025	31.12.2024
<b>Outros gastos e perdas</b>		
Impostos	201,14	243,67
Impostos Indiretos	62,34	88,67
Taxas Diversas	138,80	155,00
Gastos e Perdas nos Rest. Inv. Financeiros	0,00	0,00
Benefícios Proc. e Out custos operacionais	16 684,15	1 630,18
Outros	0,00	500,00
Outros não especificados	4 683,97	193,88
<b>Total</b>	<b>16 885,29</b>	<b>1 873,85</b>
<b>Outros rendimentos e ganhos</b>		
Descontos Pronto Pagamento Obtidos	9,35	0,00
Rend. e Ganhos em Inv. Não Financieros	0,00	2 745,17
Outros Rendimentos e Ganhos	105 764,12	111 814,98
Correções relativas a exercícios anteriores	528,09	7 344,67
Imputação Subsídios p/Investimentos	104 458,20	104 458,20
Outros não especificados	777,83	12,11
<b>Total</b>	<b>105 773,47</b>	<b>114 560,15</b>

10.3.15 Fundo Patrimonial

Unidade Monetária (Euro)

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados Transitados	452 566,23	125 165,70	0,00	577 731,93
Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	3 551 578,80	0,00	-104 458,20	3 447 120,60
Resultado Líquido do Período	101 685,70	60 510,90	-101 685,70	60 510,90
<b>Total</b>	<b>4 105 830,73</b>	<b>185 676,60</b>	<b>-206 143,90</b>	<b>4 085 363,43</b>

10.3.16 Decomposição de gasto líquido de financiamento

Unidade Monetária (Euro)

Descrição	31.12.2025	31.12.2024
<b>Juros, dividendos e outros rendimentos similares</b>		
Juros obtidos	4 893,71	3 024,38
De depósitos	4 893,71	3 024,38
<b>Total</b>	<b>4 893,71</b>	<b>3 024,38</b>



10.3.17 Eventos subsequentes

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2025.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros fatos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

Funchal, 25 de março de 2026

O Contabilista Certificado nº 81367

A Direção

10.4 DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

Descrição	Início	Período Patrimonial atribuído aos Beneficiários da Associação						Período 2024		
		Exercícios Terminados	Reservas	Resultado Transféréis	Exercícios de Beneficiários	Alterações de Valorização por Reversibilidade	Resultado Líquido do Período	Total	Informações que afetam o balanço	Valor dos Fundos Patrimoniais
<b>Período no início do exercício 1-1</b>		0,00	118.858,24	-108.874,22	0,00	3.877.172,02	22.662,71	-4.108.853,23		4.108.853,23
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>										
1. Transferência de ativos para o Fundo Patrimonial										
2. Alterações de Valorização Contábilizadas										
3. Alterações de Valorização Contábilizadas										
4. Alterações de Valorização Contábilizadas										
5. Alterações de Valorização Contábilizadas										
6. Outras Alterações Reconhecidas nos Fundos Patrimoniais										
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>										
7. Resultado Líquido do Período										
8. Resultado Líquido do Período										
<b>OPERAÇÕES COM INSTITUIÇÕES NO PERÍODO</b>										
9. Operações com Instituições no Período										
10. Operações com Instituições no Período										
11. Operações com Instituições no Período										
<b>Período no fim do exercício 1-1</b>										
		0,00	118.858,24	-108.874,22	0,00	3.877.172,02	22.662,71	-4.108.853,23		4.108.853,23

Descrição	Início	Período Patrimonial atribuído aos Beneficiários da Associação						Período 2024		
		Exercícios Terminados	Reservas	Resultado Transféréis	Exercícios de Beneficiários	Alterações de Valorização por Reversibilidade	Resultado Líquido do Período	Total	Informações que afetam o balanço	Valor dos Fundos Patrimoniais
<b>Período no início do exercício 1-1</b>		0,00	0,00	487.562,23	0,00	3.181.174,26	101.862,70	-4.108.853,23		4.108.853,23
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>										
1. Transferência de ativos para o Fundo Patrimonial										
2. Alterações de Valorização Contábilizadas										
3. Alterações de Valorização Contábilizadas										
4. Alterações de Valorização Contábilizadas										
5. Alterações de Valorização Contábilizadas										
6. Outras Alterações Reconhecidas nos Fundos Patrimoniais										
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>										
7. Resultado Líquido do Período										
8. Resultado Líquido do Período										
<b>OPERAÇÕES COM INSTITUIÇÕES NO PERÍODO</b>										
9. Operações com Instituições no Período										
10. Operações com Instituições no Período										
11. Operações com Instituições no Período										
<b>Período no fim do exercício 1-1</b>										
		0,00	0,00	487.562,23	0,00	3.181.174,26	101.862,70	-4.108.853,23		4.108.853,23

*[Handwritten Signature]*

*[Handwritten Signature]*

A Direção

O Contabilista Certificado nº 81367



10.5 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**  
**MÉTODO DIRETO**

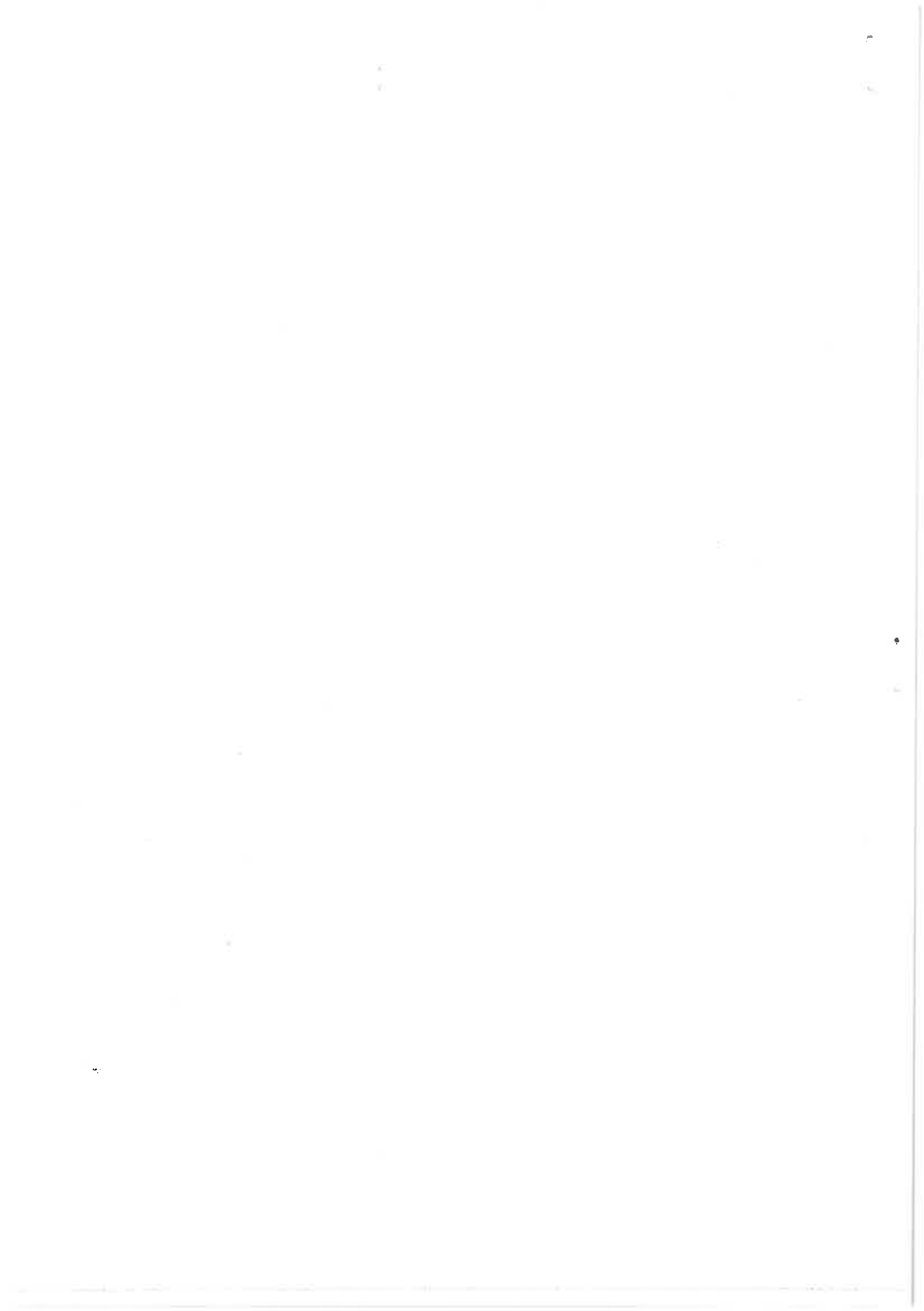
dezembro/2025

Unidade Monetária (Euro)

	NOTAS	PERÍODO	
		2025	2024
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Recebimentos de Clientes e Utentes		382 743,64	375 928,45
Pagamentos de Subsídios		0,00	0,00
Pagamentos de Apoios		0,00	0,00
Pagamentos de Bolsas		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		435 667,25	394 535,07
Pagamentos ao pessoal		1 746 474,84	1 702 371,16
<b>Caixa gerada pelas Operações</b>		<b>-1 799 398,45</b>	<b>-1 720 977,78</b>
Pagamento/ recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/ pagamentos		1 865 184,66	2 063 702,67
<b>Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais (1)</b>		<b>65 786,21</b>	<b>342 724,89</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos Fixos Tangíveis		4 660,81	4 104,05
Ativos Intangíveis		0,00	0,00
Investimentos Financeiros		0,00	0,00
Outros Ativos		0,00	0,00
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Ativos Fixos Tangíveis		0,00	0,00
Ativos Intangíveis		0,00	0,00
Investimentos Financeiros		0,00	0,00
Outros Ativos		0,00	0,00
Subsídios ao Investimento		0,00	0,00
Juros e Rendimentos Similares		4 893,71	3 024,38
Dividendos		0,00	0,00
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento (2)</b>		<b>232,99</b>	<b>-1 079,67</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos Obtidos		0,00	0,00
Realização de fundos		0,00	0,00
Cobertura de Prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras Operações de Financiamento		0,00	0,00
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos Obtidos		0,00	0,00
Juros e Gastos Similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Redução de fundos		0,00	0,00
Outras Operações de Financiamento		0,00	0,00
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento (3)</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)</b>		<b>66 019,11</b>	<b>341 645,22</b>
<b>Efeito das Diferenças de Câmbio</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período (a)</b>		<b>969 665,16</b>	<b>628 019,94</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período (b)</b>		<b>1 035 684,27</b>	<b>969 665,16</b>
<b>(4) = (b) - (a)</b>		<b>66 019,11</b>	<b>341 645,22</b>

O Contabilista Certificado nº 81367

A Direção



MAPA CONTROLO DOS SUBSÍDIOS PARA INVESTIMENTO

Amortização da conta 5934 OBRA PICO DO FUNCHO

Ano:	S.I.	Douane	S.Final
1	2009	5 222 910.17	5 118 451.80
2	2010	5 118 451.80	5 013 993.60
3	2011	5 013 993.60	4 909 535.40
4	2012	4 909 535.40	4 805 077.20
5	2013	4 805 077.20	4 700 619.00
6	2014	4 700 619.00	4 596 160.80
7	2015	4 596 160.80	4 491 702.60
8	2016	4 491 702.60	4 387 244.40
9	2017	4 387 244.40	4 282 786.20
10	2018	4 282 786.20	4 178 328.00
11	2019	4 178 328.00	4 073 869.80
12	2020	4 073 869.80	3 969 411.60
13	2021	3 969 411.60	3 864 953.40
14	2022	3 864 953.40	3 760 495.20
15	2023	3 760 495.20	3 656 037.00
16	2024	3 656 037.00	3 551 578.80
17	2025	3 551 578.80	3 447 120.60
18	2026	3 447 120.60	3 342 662.40
19	2027	3 342 662.40	3 238 204.20
20	2028	3 238 204.20	3 133 746.00
21	2029	3 133 746.00	3 029 287.80
22	2030	3 029 287.80	2 924 829.60
23	2031	2 924 829.60	2 820 371.40
24	2032	2 820 371.40	2 715 913.20
25	2033	2 715 913.20	2 611 455.00
26	2034	2 611 455.00	2 506 996.80
27	2035	2 506 996.80	2 402 538.60
28	2036	2 402 538.60	2 298 080.40
29	2037	2 298 080.40	2 193 622.20
30	2038	2 193 622.20	2 089 164.00
31	2039	2 089 164.00	1 984 705.80
32	2040	1 984 705.80	1 880 247.60
33	2041	1 880 247.60	1 775 789.40
34	2042	1 775 789.40	1 671 331.20
35	2043	1 671 331.20	1 566 873.00
36	2044	1 566 873.00	1 462 414.80
37	2045	1 462 414.80	1 357 956.60
38	2046	1 357 956.60	1 253 498.40
39	2047	1 253 498.40	1 149 040.20
40	2048	1 149 040.20	1 044 582.00
41	2049	1 044 582.00	940 123.80
42	2050	940 123.80	835 665.60
43	2051	835 665.60	731 207.40
44	2052	731 207.40	626 749.20
45	2053	626 749.20	522 291.00
46	2054	522 291.00	417 832.80
47	2055	417 832.80	313 374.60
48	2056	313 374.60	208 916.40
49	2057	208 916.40	104 458.20
50	2058	104 458.20	0.00

5934/7883

120.010

*[Handwritten signatures and initials]*

5 222 910.17

